



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

## **17. PACIFISMO E DEMOCRACIA**

BELO HORIZONTE, M.G., EM 19 DE NOVEMBRO.

DURANTE A CONVENÇÃO NACIONAL DOS  
EX-COMBATENTES.

Senhores convencionais:

Sois sobreviventes de uma das mais árduas lutas em que se empenhou a humanidade. Por isso mesmo, embora os vinte e um anos decorridos após o ensarilhar das armas nos houvesse proporcionado novas perspectivas sôbre o conflito de que participamos, a verdade é que o tempo não nos fêz esquecê-lo. E cada um de nós ainda o tem bem presente.

Terminada a guerra, brasileiros que em terra, no mar e no ar colaboraram nas operações militares, deixaram os seus postos, alguns bem distantes e todos inseguros, para tornarem aos lares. Muitos então se licenciaram, outros continuaram na atividade militar, enquanto tôdas as organizações operacionais se extinguíam ou retomavam as tarefas da paz. E tudo isso, de algum modo, significou a saída dos combatentes da coletividade onde, ombro a ombro, haviam pelejado.

Mas, para se não partirem os elos que, no perigo da guerra ou na fraternidade das linhas de combate, haviam unido brasileiros de tôdas as regiões, não tardou em surgir a Associação dos ex-Combatentes, que, nascida no Rio de Janeiro, logo se multiplicou pelos demais Estados para ser hoje a grande comunidade dos que juntos atuaram em operações contra o inimigo. Vivem assim antiga camaradagem, recordam feitos imarcessíveis e conservam o ideal que os impeliu aos campos de batalha.

Constitui esta Convenção bom exemplo de que as antigas organizações de guerra congregam-se, na paz, em associações

regionais que hoje aqui comparecem, não apenas para reminiscência de suas missões originárias, mas também para, adaptadas à natural evolução do tempo, melhor servirem à humanidade.

Na Segunda Grande Guerra, combatemos pela democracia no mundo e pela paz entre as nações. Talvez nada exprima melhor os sentimentos que nos animaram naqueles dias tormentosos do que a Mensagem do Presidente Roosevelt, em 1941, sôbre as quatro liberdades fundamentais. A primeira delas — a liberdade de expressão oral e escrita em tôdas as partes do mundo — deve ser o apanágio de cada povo, daqueles que almejam como inseparável da própria dignidade humana o direito de pensar e opinar. A segunda — a liberdade de culto — tal como a primeira, é o reconhecimento das inclinações e decisões vindos dos sentimentos e da razão face a Deus ou à religião de cada um de nós. Representa a terceira a libertação das necessidades, por parte de todos os países, em tôdas as partes do mundo. Consiste a última na libertação do mêdo, que deve ser varrido do coração dos homens e também da consciência dos povos. Ninguém deve ter mêdo e ninguém tem o direito de usar o mêdo como arma de intimidação contra os mais fracos ou indefesos.

Foram essas quatro liberdades fundamentais — e creio que muitos dos aqui presentes ainda se recordarão da intensidade e da esperança com que ecoaram entre os amigos da Liberdade — foram elas que o Presidente Roosevelt pôs vitoriosamente à promessa enganadora daquela paz de mil anos sob a tutela do nazismo. Liberdades que êle bem disse não serem «uma utopia para o próximo milênio». De fato elas aí estão, fortes e fecundas, assegurando aos povos os benefícios da democracia, hoje viva e vigorosa graças ao sacrifício daqueles que tombaram nos campos de batalha, mas que é mîster defender e preservar cada dia, inclusive contra aquêles que a trazendo freqüentemente na bôca não a têm na consciência.

Por isso mesmo é cada vez mais imperioso que, em defesa da paz interna e da paz do mundo pratiquemos aquelas liberdades fundamentais, que engrandecem as nações e dignificam os homens. E não podemos esquecer que para lhes dar consistência e realidade somos por vêzes obrigados até a invocar a fôrça, já que, na

atual conjuntura mundial, é ela ainda necessária para a conquista de tão elevados objetivos do homem e da humanidade. Até porque — e não podemos ignorá-lo — vários foram os povos que, por não haverem podido contar com a ajuda das forças da liberdade, viram perecer o direito de serem livres. O que mostra ser a força pública tão necessária para garantir os direitos do homem e do cidadão, quanto, no campo internacional, para assegurar a sobrevivência de nações livres e democráticas.

Certamente, o pacifismo é inerente à própria natureza da democracia e até ao destino do homem. Hoje, porém, não poderá medrar sem exigir uma política de defesa coletiva. Não exageraria quem dissesse que a independência militar clássica é aspecto ultrapassado da soberania das nações, tanto a ação armada somente pode ser preparada, com eficiência, no quadro de pactos internacionais de defesa mútua, que devem estar voltados para a democracia e para a paz. Não fôra, por exemplo, a OTAN e o mundo não teria assistido à evolução da democracia e da economia ocidentais. Do mesmo modo que sem a defesa coletiva já ensaiada no continente americano os povos latino-americanos não cuidariam em paz do aperfeiçoamento de suas instituições e da interpenetração para o seu desenvolvimento. Mas tais meios armados não podem ser pretexto para corridas armamentistas, disputa de insensatas lideranças militares ou de hegemonias guerreiras. Hoje, mais do que nunca, a prioridade de recursos é para a promoção do bem-estar geral de cada povo e da comunidade mundial, e não para dispensáveis aparelhamentos de guerra. Tudo, enfim, pelo desenvolvimento e pela paz interna e externa. Aliás, no que diz respeito ao destino comum do nosso continente não deveremos esquecer esta observação de Rui Barbosa: «A América não é um agregado eventual de grupos humanos: é um todo providencial. Deus a fêz integral, solidária, indissolúvel.»

Assim a vemos; e assim a desejamos como um poderoso instrumento a serviço da paz e da liberdade. Principalmente nesta hora em que nos reunimos não apenas para recordar uma jornada gloriosa de que tivemos a honra de participar, mas também para renovar compromissos sob o ideal que nos reuniu na Segunda Guerra Mundial. Mais de duas décadas passaram, e outras

gerações já tomam nossos lugares. Contudo, penso poder dizer em nome de todos os presentes que os ideais permanecem os mesmos que nos inspiraram naqueles dias inesquecíveis. Não posso deixar de assinalar também que a presença nesta reunião de ex-Combatentes estrangeiros constitui prova inequívoca de que não somente aqui, mas também nas comunidades que bem representam, subsistem aqueles generosos ideais que nos irmanaram nos campos de batalha e continuam ainda hoje a nos identificar.

A todos e a cada qual, pela grata oportunidade que me concederam e que me permite rever velhos companheiros, comandantes e comandados, desejo expressar os meus agradecimentos e os meus votos por que permaneçam hoje, como ontem, unidos e fiéis àquelas liberdades fundamentais, tão caras ao povo brasileiro.